

TECNOLOGIAS PARA O PEQUENO PRODUTOR RURAL NO CEARÁ: a experiência da Embrapa Agroindústria Tropical em Ocara e Tauá

RESUMO

As políticas públicas efetivadas pelo governo brasileiro para a agricultura e o desenvolvimento rural nos últimos anos possibilitaram mudanças do cenário da agricultura brasileira, em especial no que se refere ao papel da agricultura familiar. O presente trabalho faz uma avaliação de duas experiências do gênero desenvolvidas pela Embrapa Agroindústria Tropical no Ceará.

Palavras-chave: políticas públicas, agricultura familiar, tecnologia, pesquisa, desenvolvimento, inovação.

ABSTRACT

Public policies done by the Brazilian government for agriculture and rural development in recent years allowed changes in the scenario of Brazilian agriculture, specially in the role played by the family farming. This research evaluates two experiences developed by the Embrapa Agroindústria Tropical in Ceará.

Keywords: public policies, family farming, technology, research, development, innovation.

1. INTRODUÇÃO

A história da produção agrária brasileira é caracterizada historicamente como uma agricultura de exportação, tendo origem na devastação da vegetação para a retirada do pau-brasil e na agricultura extensiva visando os mercados europeus. Esse legado levou à valorização dos grandes produtores rurais em detrimento dos médios e pequenos produtores. Nos últimos anos, contudo, um

conjunto de políticas públicas de incentivo tanto à produção familiar rural quanto à pesquisa e desenvolvimento de tecnologias para o espaço rural vem possibilitando um reordenamento socioeconômico da produção agrícola, fazendo com que a agricultura brasileira tome novos rumos. A oferta de crédito e a incorporação de tecnologias voltadas para pequenos e médios produtores - como as novas formas de desenvolvimento sustentável baseadas nos sistemas agroflorestais e na agroecologia - evidenciam a dimensão do novo espaço rural brasileiro.

Durante décadas, o agronegócio foi beneficiado pelos órgãos públicos, seja por meio de financiamentos ou por isenções fiscais. O lema era o aumento das exportações de produtos agrícolas visando o aumento da balança comercial. Isso colaborou para a exclusão social dos pequenos produtores rurais. Buscando diminuir as diferenças econômicas e sociais no campo, além de dar legitimidade ao pequeno produtor e incentivar a produção de alimentos para o mercado interno, os dois últimos governantes brasileiros - Fernando Henrique Cardoso e, especialmente, Luiz Inácio Lula da Silva - reconheceram a categoria social de agricultores familiares, fazendo com que estigmas socialmente produzidos fossem desconstruídos. Como resultado prático, esses agricultores puderam contar, a partir de então, com crédito agrícola, tecnologia e assistência técnica.

O grande desafio das políticas públicas para a agricultura no Brasil, agora, é conciliar o desenvolvimento econômico e social. De um lado o agronegócio, que gera divisas e emprego no campo a despeito das conseqüências nefastas que costuma produzir. De outro a agricultura familiar, que abastece o mercado interno e gera mão-de-obra familiar.

Em meio a esse desafio, a pesquisa e a inovação tecnológica começam a chegar aos pequenos produtores. Conforme aponta Pereira (2008), nos últimos anos o governo federal mais que dobrou os recursos para o financiamento da pesquisa e desenvolvimento, além da significativa expansão na formação de recursos humanos. Vários governos estaduais já seguiram o mesmo caminho, conscientes de que a dinâmica do crescimento mundial está diretamente relacionada com a introdução de novos produtos para os quais concorrem a incorporação de conhecimentos científicos e técnicas novas. Assim, observa-se um forte empenho do setor público em realizar os investimentos requeridos.

Nessa perspectiva, a Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (Embrapa), empresa pública criada em 1973 pelo governo federal, desempenha um papel básico no direcionamento das políticas públicas para a agricultura brasileira. Somente na década passada, no entanto, a Embrapa passou a direcionar seus esforços e conhecimentos para a agricultura familiar com maior regularidade, passando a contar, inclusive, com um programa nacional de pesquisa exclusivo para o seu fortalecimento (SOUSA, 2006).

2. DESENVOLVIMENTO

Por meio das políticas públicas em ciência e tecnologia do governo brasileiro, a Embrapa Agroindústria Tropical, de Fortaleza (CE), vem desenvolvendo projetos de pesquisa em ciência e tecnologia para os agricultores familiares da Região Nordeste, no intuito de elevar a qualidade de vida, bem como também inserir novas práticas de produção alimentar tendo em vista a geração de emprego e renda.

Na presente pesquisa, faremos uma avaliação inicial dos impactos produzidos pela ação governamental em duas experiências de agricultura familiar no sertão cearense: a melhoria na produção, processamento do queijo-de-coalho de agricultores familiares de Tauá; e a implementação do assentamento Che Guevara, em Ocara. A nosso ver, elas se apresentam como dois exemplos bastante ricos para a análise das potencialidades e limitações dessa prática.

2.1. Queijo coalho em Tauá

O primeiro objeto de estudo está relacionado à produção de queijo de coalho por agricultores familiares nos municípios de Tauá, Independência e Parambu, no sertão cearense. Além da agropecuária de subsistência, destaca-se a venda de carne de ovinos, caprinos e bovinos como fontes complementares de renda. A atividade econômica que de fato produz entrada de dinheiro para o agricultor, contudo, é a produção de queijo. Ela varia dependendo do mercado e, como todos praticam a agricultura familiar em

pequenos lotes, essa dependência ocorre em uma situação de extrema vulnerabilidade, com exíguo poder de barganha em relação aos compradores.

Os agricultores costumavam produzir queijo de coalho por meio de um processo artesanal, sem grande preocupação com a qualidade e a higienização, itens indispensáveis para que os produtos pudessem ser comercializados em outros mercados.

Desde 2008, a Embrapa Agroindústria Tropical desenvolve na comunidade o projeto Melhoria na Produção, Processamento do Queijo-de-Coalho para os agricultores familiares daquela região, com recursos do Banco do Nordeste. Uma unidade de processamento de queijo de coalho foi construída no local. Cursos de Boas Práticas Agrícolas (BPAs) e Boas Práticas de Fabricação (BPFs) foram realizados. Os produtores receberam ainda kits em aço inoxidável para produção do queijo. Essa iniciativa está proporcionando aos moradores da região a possibilidade de inserção no mercado consumidor, ao oferecer um produto com padrão mais elevado de qualidade.

2.2. Assentamento Che Guevara

Fundado em 30 de setembro de 1999, o projeto de Assentamento São José II ou Assentamento Che Guevara está localizado na zona rural do distrito de Serragem, distante 56 km da sede do município de Ocara. O assentamento possui uma área de 1.388 hectares e conta, atualmente, com 45 famílias, das quais 85% participaram do processo de formação do assentamento. Os assentados são provenientes dos municípios de Ocara, Chorozinho, Pacajus, Baturité, Aracoiaba e Fortaleza.

Os assentados trabalham com a colheita do caju, em uma área com 45 ha de cajueiro comum e 120 ha de cajueiro anão-precoce, sendo que parte da produção dos frutos é vendida para empresas de suco da região e parte é usada para produção de ração animal. A produção de castanha tem uma parte vendida para comerciantes da região, enquanto a outra é processada na minifábrica de castanha de caju existente no assentamento. A agricultura é de subsistência e as culturas trabalhadas são: feijão, milho e mandioca. Há criação de bovinos de corte e leiteiro, caprinos, ovinos, suínos, aves.

A partir de 2003, a Embrapa Agroindustrial Tropical iniciou sua atuação no Assentamento Che Guevara, com a formação de parceria com a Fundação Banco do Brasil (FBB), o Serviço de Apoio às Pequenas e Médias Empresas (Sebrae), a Universidade Federal do Ceará (UFC), Telemar Norte e Leste S/A, e o Programa Fome Zero. Uma minifábrica de castanha de caju foi construída no local. A Embrapa participou ainda do desenvolvimento e instalação de uma minifábrica de ração com caju e uma minifábrica para produção de cajuína e doces. Os agricultores foram treinados em Boas Práticas de Fabricação (BPFs), Boas Práticas Agrícolas (BPAs), produção de cajuína e doces à base de caju, ração com caju, enxertia de cajueiro e substituição de copas de cajueiro.

As demais parcerias atuaram em conjunto, por meio de financiamentos, realização de cursos, apoio à comercialização do material produzido, inclusão digital, etc. As limitações desse trabalho não permitem expor em detalhes tudo o que foi feito. É importante salientar, contudo, que o objetivo de todas essas parcerias foi fortalecer a rede de relações sociais do assentamento, visando contribuir para que haja um desenvolvimento local sustentável.

Em operação desde março de 2006, a minifábrica de castanha de caju, por exemplo, emprega atualmente 24 pessoas, das quais 19 são mulheres. A renda para cada um deles aumentou cerca de R\$ 490 reais mês, em média. A unidade de produção processou em 2007 250 mil toneladas de castanha de caju, gerando 50 mil toneladas de amêndoas de castanha de caju.

Antes da presença dos organismos públicos e empresas privadas, o Assentamento Che Guevara vivia um estado de estagnação socioeconômica, com os assentados sobrevivendo apenas da agricultura de subsistência e de pequenos serviços no entorno do assentamento. Por meio de parcerias, a forma de organização social foi alterada, provocando uma nova dinâmica na economia local, e assim inserindo os assentados no cenário socioeconômico do município.

Como consequência das parcerias realizadas, os assentados passaram a produzir para além da subsistência, conseguindo, inclusive, comercializar produtos com valor agregado. Um exemplo disso é a produção de amêndoas para o consumo nacional, internacional e a venda do pedúnculo do caju (fruto) *in natura*.

3. CONCLUSÃO

As políticas públicas promovidas pelos governos federal e estadual nos últimos anos possibilitaram a inserção da categoria social de agricultores familiares no processo produtivo do país, seja por meio de créditos diretos através do Pronaf, seja pelos financiamentos de pesquisas, desenvolvimento e inovação voltados para a agricultura familiar.

Embora estejam no início, tais experiências já se mostram bastante promissoras, ao propiciar um horizonte de desenvolvimento rural sustentável aos pequenos produtores. Em Tauá, os primeiros levantamentos feitos pela equipe do projeto constata que os jovens da comunidade estão passando a se dedicar mais aos trabalhos rurais, havendo, dessa forma, a possibilidade de diminuição do êxodo rural na comunidade.

A possibilidade de o pequeno agricultor também executar algumas atividades da cadeia produtiva a fim de agregar valor ao fruto do seu trabalho é pré-requisito para a criação das condições que lhe permitam permanecer na terra e melhorar sua qualidade de vida. Para que isso ocorra, contudo, ele precisa dispor dos meios de produção. Ainda se faz necessário a elaboração de estratégias voltadas para o combate das diferenças econômicas e sociais, como também de melhoria da estrutura física. Eles são requisitos básicos para o desenvolvimento sustentável de modo a satisfazer as necessidades dos produtores. A consolidação da agroindústria familiar de queijo de coalho da região de Tauá surge, então, como uma estratégia bastante eficaz de inserção social, requerendo processos inovadores desde os sistemas de produção até à comercialização.

No que se refere à implementação do assentamento Che Guevara, a intervenção do poder público possibilitou a geração de um maior dinamismo no espaço rural. Em um espaço relativamente curto de tempo, estradas de acesso foram construídas ou recuperadas. A rede de energia elétrica rural foi ampliada, enquanto a rede telefônica foi instalada. Postos de saúde e escolas foram construídos.

O êxito inicial das famílias assentadas no Assentamento Che Guevara serve de modelo para que outros assentamentos - estagnados pela falta de organização, cooperação, solidariedade e participação social – possam ser sujeito/objeto das políticas públicas, diminuindo assim as diferenças sociais e econômicas.

Nessa perspectiva, todo projeto de assentamento deve buscar assimilar o capital social e o trabalho em rede de relações sociais, visando à viabilidade social e econômica, conjugando produtividade com desenvolvimento territorial, qualidade, eficiência e eficácia. Cria-se assim condições para que o modelo de desenvolvimento agrícola possa ser modificado, introduzindo e re-introduzindo novas práticas, novas tecnologias e novas formas de relacionamento. Tudo isso leva os atores sociais do campo a terem suas identidades e seus direitos fundamentais resgatados.

A possibilidade de replicação desse modelo e a garantia de autonomia desses espaços são a grande prova de fogo para as iniciativas do poder público. Por causa da brevidade da experiência, ainda não é possível avaliar com contornos nítidos essas limitações. Cabe à presente pesquisa continuar acompanhando essas duas experiências, tendo em vista a concretização de um desenvolvimento sustentável nesse novo rural que se configura.

4. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ABRAMOVAY, R. **Paradigmas do capitalismo agrário em questão**. São Paulo: Citec/Unicamp, 1992.

BUAINAIN, A. M.; SOUZA FILHO, H. M. **Procera: impactos produtivos e capacidade de pagamento**. Relatório preparado para o MEPEF. Convênio FAO/Incra. Brasília, nov. 1998.

_____ ; SILVEIRA, J.M da. Agricultura familiar e tecnologia no Brasil. In: *Jornal da Unicamp*, nº 207, 23 a 29 de junho de 2003.

CAMPANHOLA, C.; SILVA, J.G. da. **O Novo Rural Brasileiro**. Diretrizes de Políticas Públicas para o Novo Rural Brasileiro: Incorporando a noção de Desenvolvimento Local. Brasília: Embrapa, 2000.

CHAYANOV, L.V. **La organizacion de la unidad económica campesina**. Buenos Aires: Ediciones Nueva Vision, 1974.

FICKERT, U. Incremento do mercado orgânico no Brasil. IN: **Agricultura Familiar, Agroecologia e Mercado** no Norte e Nordeste do Brasil. Fortaleza: FKA, 2004.

PEREIRA, G. H. **A Evolução das políticas públicas de CT & I no País**. T&C Amazônia, Ano VI, Número 15, Outubro de 2008.

SANTOS, C.R.B. dos. **Reorganização do espaço agrário e (des) territorialização das relações tradicionais**. Dissertação de mestrado. Universidade Federal de Sergipe: Aracaju, 1996.

SOUSA, I.S.F. de. **Agricultura Familiar na Dinâmica da Pesquisa Agropecuária**. Embrapa: Brasília-DF. 2006

TESTA, V. M.; NADAL, R. de; MIOR, L. C. et al. **O Desenvolvimento Sustentável do Oeste Catarinense**. Proposta para discussão. Florianópolis, 1996.